



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores
Município de Ibiraiaras - RS

PARECER JURÍDICO

Senhor Presidente,

Assunto: Análise de legalidade e constitucionalidade do **Projeto de Lei nº 014/2025**, de iniciativa do Poder Executivo Municipal.

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 014/2025, de iniciativa do Executivo Municipal de Ibiraiaras, propõe alterações na Lei Municipal nº 717/1992, especificamente no seu artigo 3º, que trata do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo.

A proposta **aumenta de 1 (um) para 2 (dois)** o número de cargos de **Engenheiro Agrônomo**, com carga horária semanal de 40 horas e padrão 10, e **extingue o cargo de Agente Ambiental**, com igual carga horária e padrão.

Além disso, o projeto traz como anexo as atribuições detalhadas do cargo de Engenheiro Agrônomo, especificando suas funções, condições de trabalho e requisitos para provimento.

A justificativa do projeto destaca que a extinção do cargo de Agente Ambiental decorre da ampliação das atribuições do Engenheiro Agrônomo, de forma que não haverá aumento de despesa pública, já que se trata da **substituição de cargos com mesmo padrão de vencimento e jornada de trabalho**.

2. PARECER

A iniciativa do projeto encontra respaldo no **art. 30, inciso I**, que trata da autonomia dos Municípios para dispor sobre sua organização administrativa, inclusive para **criar, extinguir ou transformar cargos públicos**, desde que por lei específica.

A Lei Orgânica Municipal também prevê a iniciativa privativa do Chefe do Executivo para dispor sobre matéria funcional e administrativa da estrutura pública local.

O projeto apresenta justificativa plausível, embasada na **otimização dos recursos humanos e ampliação da capacidade técnica** do município na área ambiental e rural, sem gerar impacto orçamentário adicional.